

**PROPOSTA
PEDAGÓGICA
ESCOLA
CLASSE 14 DE
PLANALTINA**

2020

1- INTRODUÇÃO

Esta Proposta Pedagógica é uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes da rede pública de ensino do DF e, como tal, requer que as políticas e ações propostas sejam referência para o trabalho a ser desenvolvido em todas as instâncias.

Reconhecemos que o acesso foi ampliado, mas admitimos que a qualidade social almejada ainda precisa ser alcançada democraticamente, ou seja, para todos.

Acreditamos que as inovações que ora apresentamos partem de alguns pressupostos que são, para a rede pública de ensino do DF, linhas referenciais para o desenvolvimento da ação:

- Valorizar e dar visibilidade às iniciativas das escolas e das Coordenações Regionais de Ensino;
- Reforçar a autonomia e a liberdade das escolas na elaboração dos suas Propostas Pedagógicas, em consonância com o PP da rede.
- Incorporar a elaboração e a implantação das inovações como espaço/tempo de aprendizagem coletivas, a partir de experiências piloto referentes a cada uma das etapas e modalidades.
- Reconhecer que temos um “sistema escolar” onde coexistem o comum de toda a rede e o singular de cada instituição.
- Identificar e apoiar instituições que necessitam de maiores aportes por parte do poder público, indo ao encontro da concepção apresentada no já citado Plano DF Sem Miséria que, ao reconhecer a existência de territórios de vulnerabilidade social, indica que as demandas são desiguais, inclusive para equipamentos públicos como escolas.
- Compreender e participar das inovações como processos de conflitos, negociações e consensos, elaborados com todos os envolvidos, para produção de novos e promissores resultados.

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, *participio* passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano,

intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (Ferreira 1975, p. 1.144).

Assim, o intuito geral deste trabalho, que foi desenvolvido democraticamente buscando a participação de cada membro de nossa comunidade escolar através de encontros programados, é fazer um planejamento que possamos não só traçar metas e objetivos, mas promover meios para que efetivamente seja concretizada a missão da Escola Classe 14 de Planaltina.

Nas palavras de Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p.579)

A ideologia deste trabalho é reforçada pelas palavras de Veiga:

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (1995, p. 13 e 14)

Acreditamos que uma educação de qualidade necessita de princípios básicos que deverão nortear todo o fazer pedagógico, onde cada membro responsável pela sua parcela de participação possa conscientemente e de modo crítico, fazer sua contribuição. Princípios estes que constituem a nossa Constituição Federal, a Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, várias autores renomados bem como o Plano Curricular Nacional e Distrital:

- Igualdade de acesso e permanência;
- Qualidade de ensino para todos;
- Gestão democrática;
- Liberdade de aprender e ensinar;

- Formação continuada.

Nossa unidade de ensino atende duas modalidades de ensino da Educação Básica: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental Séries Iniciais. A Educação Infantil como descreve o artigo 29 da LDB, “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” Aqui devemos fazer uma ressalva, com a implantação da Educação Básica de 9 anos, a Educação Infantil passa a atender as crianças até cinco anos de idade. Já o Ensino Fundamental, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I) O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura da escrita e do cálculo;
- II) A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III) O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV) O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Verifica-se que é urgente transformar a forma de ver e fazer a educação analisando com profundidade o papel e a função da escola dentro de um contexto mais amplo e democrático. Tendo como objeto principal garantir os meios para efetivação de uma proposta pedagógica que assuma o desenvolvimento de um currículo por competências que pressupõe a centralidade no aluno e, portanto, na aprendizagem, cujo foco é a qualidade e a prática pedagógica diversificada.

Assim, buscamos neste trabalho realizado por toda a comunidade escolar da Escola Classe 14 de Planaltina, construir um pilar mestre em direção de nossos objetivos e que dele possamos usar como instrumento inicial de transformações, metas e objetivos que com certeza ainda virão, pois no campo da educação devemos sempre estar em constantes transformações.

No histórico e no diagnóstico foi buscado levantar dados que pudessem identificar nossa escola desde sua fundação bem como a clientela que atendemos e a comunidade que faz parte de nosso contexto.

Já nas relações de objetivos, tanto os gerais quanto específicos, foram embasados pela fundamentação legal como a LDB, Constituição Federal e sugestões das propostas e orientações pedagógicas elaboradas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A avaliação faz parte de um tópico importantíssimo para planejamento e adaptação do desempenho institucional e pedagógico, fator de muita relevância para por em prática os objetivos traçados. Parte da avaliação uma ação constante e rotineira provendo a cultura de compromisso e responsabilidade de dos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Enfim, durante todo este trabalho, o objetivo sempre foi voltado ao elemento principal que é o aluno, buscando de todas as formas possíveis envolverem todos que fazem parte deste compromisso, que é uma educação com qualidade.

1.1 Calendário

Bimestre	Data
1º Bimestre	10/02 até 24/04
2º Bimestre	27/04 até 07/07
3º Bimestre	23/07 até 01/10
4º Bimestre	02/10 até 16/12

Educação Infantil e Ensino Fundamental

O calendário Escolar destas etapas, para o ano letivo de 2020, prevê as seguintes especificidades:

- **03 a 07 de fevereiro** _ Semana Pedagógica;
- **10 de fevereiro** _ Início do Ano Letivo;
- **07 de julho** _ Término do 1º Semestre;
- **23 de julho** _ Início do 2º Semestre;
- **24 e 26/02; 08 a 22/07; 24/12 e 31/12** _ Recesso Escolar;
- **17 de março** _ Planejamento Pedagógico com a comunidade escolar Dia Letivo Temático;
- **09 a 13/03** _ Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (Lei Distrital Nº 5.714/2016);
- **16 a 20 de março** _ Semana de Conscientização do Uso Sustentável da Água nas Unidades Escolares/SEEDF (Lei nº5.243/2013);
- **04 a 08 de maio** _ Semana de Educação para a Vida (Lei nº 11.998/2009);
- **18 de maio** _ Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Lei Federal nº 9.970/2000);
- **28 de maio** _ Planejamento Pedagógico com a comunidade escolar Dia Letivo Temático;
- **03/06** _ Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei nº 12.633/2012);
- **12 de junho** _ Dia Letivo Móvel;
- **23 de julho** _ Dia Letivo Móvel;
- **24 de julho** _ Dia Letivo Móvel;
- **11/08** _ Dia do Estudante;

- **17 de agosto** _ Dia do Patrimônio Cultural;
- **18 de agosto** _ Planejamento Pedagógico com a comunidade escolar
Dia Letivo Temático;
- **25 de agosto** _ Dia Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº 4.681/2011);
- **14 a 18 de setembro** _ Semana da Prevenção ao Uso de Drogas no DF
(Lei Distrital nº 1.433/1997);
- **21 de setembro** _ Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei nº 11.133/2005);
- **30 de setembro** _ Dia do Secretário;
- **15 de outubro** _ Dia do professor (Decreto nº 52.682/1963);
- **23 a 29 de outubro** _ Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº 84.631/1980);
- **05 de novembro** _ Planejamento Pedagógico com a comunidade escolar
Dia Letivo Temático;
- **11 de novembro** _ Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade (Lei Distrital nº 5.933/2017);
- **12 de novembro** _ Dia Distrital do Gestor Escolar (Lei Distrital nº 6.179/2018);
- **20 de novembro** _ Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 10.639/2003);
- **23 a 27 de novembro** _ Semana Maria da Penha (Lei Distrital nº 6.325/2019);
- **04 de dezembro** _ Dia do Orientador Educacional (Lei nº 5.564/2019);
- **16 de dezembro** _ Término do Ano Letivo;

1.2 Histórico

IDENTIFICAÇÃO

ESCOLA CLASSE 14 DE PLANALTINA

ENDEREÇO: Quadra 13, conjunto A, Lote 10 , SRL, Planaltina DF

TELEFONE: (61) 3901-4448

CORREIO ELETRÔNICO: ec14planaltina2015@gmail.com

SITE: www.se.df.gov.br

LOCALIZAÇÃO: Setor Residencial Leste de Planaltina

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO: Planaltina

DATA DE FUNDAÇÃO: 1992

AUTORIZAÇÃO: Portaria 73 de 09 de setembro de 1993

MANTENEDORA: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal,

CNPJ: 00.394.676/0001-07

FINANCEIRO: Caixa Escolar da Escola Classe 14 de Planaltina,

CNPJ: 01.936.290/0001-42

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Matutino e Vespertino

NÍVEL DE ENSINO OFERTADO: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais

A Escola Classe 14 de Planaltina iniciou suas atividades em 1992, com 12 salas de aula atendendo dois turnos, onde os alunos eram oriundos da Escola Classe Paraná, Escola Classe 03 e Escola Classe 04, com turmas de 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental vindas do então chamado “Turno da Fome”.

De 1993 a 1994, a escola estendeu suas atividades com a implantação do Ensino Supletivo fases I e II (equivalente a 1ª e 4ª séries). Em 1995, foi implantado a Educação Infantil, com três turmas do pré-escolar, no período matutino e três no vespertino. Em 1996, continuando todas as atividades citadas anteriormente, foi ampliado o atendimento na Educação de Jovens e Adultos, com a Fase III (da 5ª à 8ª séries), realizando um anseio desta

comunidade. Também foi ampliada a área de lazer, com a construção de um espaço para a recreação e jogos.

Em 1997, com a ampliação da estrutura física, com a construção de mais quatro salas de aula, um laboratório e banheiros para educação infantil, a escola passou a disponibilizar mais atendimento à comunidade. Em 1998 e 1999, dentre os projetos desenvolvidos, destacou-se a Ludoteca, O projeto Criador e o melhor atendimento da Biblioteca.

Em 1999 acrescentou-se ao atendimento escolar, turmas de 5ª e 6ª séries, com alunos oriundos da segunda fase da Escola Candanga. Em 2003 foram extintas essas séries e havia na Unidade de Ensino 27 turmas, que abrange desde o 2º período da educação infantil (turmas com alunos de 5 anos) à 4ª série, incluindo Classes de Aceleração de Aprendizagem, sendo duas de 2º período, quatro de 3º período, seis de 1ª série, quatro de 3ª série, duas de CAA-ALF e uma de CAA-SI.

Atualmente, atendemos 3 turmas de 1º período, 3 turmas de 2º período, 2 turmas de 1º ano, 2 turmas de 2º ano, 3 turmas de 3º ano, 3 turmas de 4º ano e 2 turmas de 5º ano, totalizando 19 turmas em toda a escola.

Infelizmente temos uma realidade onde os pais e responsáveis pelos nossos alunos são muito ausentes, dificultando a troca de experiência e promovendo a cultura de acusações mútuas e pouquíssima cooperação para inovação e estudos para melhoria do nosso processo de formação. Exemplo disto foi a baixíssima frequência de pais ao convite para elaboração deste trabalho, onde menos de 5% dos pais compareceram.

O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.
(Vygotsky)

ORGANIZAÇÃO – EC 14

1º CICLO – EDUCAÇÃO INFANTIL

4 – 5 ANOS

2º CICLO – ENSINO FUNDAMENTAL - I

BLOCO 1 – (BIA)

BLOCO 2 – (4º E 5º Anos)

MATUTINO	VESPERTINO
1º PE – A	1º PEI – C
1º PE – B	1º PEI – D
2º ANO – A	2º PEI – B
1º ANO – A	2º PEI – C
2º ANO – A	1º ANO – B
2º ANO – B	1º ANO – C
3º ANO – A	2º ANO – C
3º ANO – B	3º ANO – C
4º ANO – A	4º ANO – C
4º ANO – B	5º ANO – B
5º ANO – A	5º ANO – C

1.3 Missão

Segundo o marco normativo brasileiro, é princípio e finalidade da educação a formação de cidadãos. Tanto a Constituição Federal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB estabelecem que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nesse sentido, pensar a sustentabilidade exige o exercício humano de pensar as múltiplas dimensões do próprio ser, em uma visão holística, integral, não centrada apenas na liberdade individual em detrimento da justiça social e da vida em coletividade.

A ideia de sustentabilidade humana parte da ressignificação do conceito de homem e de mulher como força de trabalho, para quem as relações se restringiam ao próprio capital e à luta de classes, e de uma concepção de ser humano e sociedade como elementos inseridos dentro da natureza, e não dela apartados, cujo bem-estar não se limita à satisfação dos aspectos estéticos e fisiológicos, mas, sobretudo, busca os aspectos éticos e as relações minimamente justas e de convivência pacífica.

Em outras palavras, a educação deve contemplar as diversas dimensões que formam o humano, não apenas os aspectos cognitivos. Deve reconhecer que, como sujeitos de direitos e deveres, é imprescindível que se oportunize aos estudantes o despertar de outras dimensões, entre elas: a ética, a artística, a física, a estética e suas inter-relações com a construção social, mental, ambiental e integral do desenvolvimento humano.

A educação integral pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões.

Como processo pedagógico, a educação integral prevê práticas não dicotomizadas, que reconhecem a importância dos saberes formais e não formais, a construção de relações democráticas entre pessoas e grupos, imprescindíveis à formação humana, valorizam os saberes prévios, as múltiplas diferenças e semelhanças e fazem de todos nós sujeitos históricos e sociais.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal tem como missão:

- Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes.

A Escola Classe 14 de Planaltina baseada nos parâmetros legais terá como missão o compromisso de promover uma educação com garantia de padrão de qualidade, através de uma prática educativa, consciente e libertadora onde levará o educando a uma transformação da realidade e do meio em que vive para construção de uma sociedade mais livre e justa.

1.4 Objetivos

O cumprimento dessa missão requer a concretização dos seguintes objetivos institucionais da rede pública de ensino:

GERAIS

- Reduzir o índice de retenção nos 3º e 5º anos, bem como a evasão escolar dos discentes da Escola Classe 14;
- Buscar meios para melhorar a estrutura física da Escola Classe 14 para aprimorar o atendimento dos alunos da educação integral;
- Trabalhar temas que assegurem a formação integral dos nossos educandos em relação a cidadania, diversidade e sustentabilidade humana;
- Favorecer a integração escola x comunidade;
- Assegurar ao educando acesso as novas tecnologias como forma de aprimoramento das aprendizagens;
- Proporcionar ao educando meios para desenvolver as suas potencialidades;

ESPECÍFICOS

- Desenvolver as habilidades cognitivas;
- Contribuir para formar cidadãos mais críticos para atuar em sociedade;
- Conscientizar a comunidade da sua importância para a aprendizagem do nosso aluno e para o bom desenvolvimento da escola e da educação como um todo, no contexto social, político, cultural e econômico;
- Identificar os alunos com baixo rendimento escolar e viabilizar estudos de reforço;
- Desenvolver no aluno a capacidade de ler, escrever e pensar de modo consciente, expressando sentimentos, ideias e opiniões;
- Valorizar a leitura como importante fonte de informação possibilitando a fluidez, coerência e coesão, tanto na leitura como na escrita;
- Interpretar e resolver situações problemas, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio lógico;
- Definir a identidade da escola e indicar caminhos para ensinar com qualidade;
- Melhorar o processo ensino-aprendizagem;
- Buscar processos educativos transformadores capazes de proporcionar aos alunos condições de se integrarem na sociedade atual e futura;
- Desenvolver conteúdos derivados do cotidiano do educando, utilizando situações que apareçam em sala de aula, discutindo e informando através dos temas transversais;
- Desenvolver princípios de valores e ética, propiciando o respeito mútuo e a solidariedade, dentro de um ambiente de interação;
- Relacionar teoria com prática;

- Recuperar princípios de disciplina no ambiente escolar;
- Estabelecer um regimento próprio da escola com base no regimento geral da Secretaria de Educação do DF;
- Garantir a aprendizagem efetiva e significativa;
- Organizar e normatizar a instituição escolar, estabelecendo direitos e deveres de cada segmento e definindo finalidades e atribuições.

2- ADMINISTRATIVO

Gestão Democrática

A gestão democrática está definida no art. 3º, inciso 8 da LDB como princípio da educação nacional a ser definida pelos sistemas de ensino.

O processo de participação de todos os segmentos da comunidade escolar reforça a ideia de que a gestão democrática está para além da eleição de diretor ou da equipe de gestão, implica na participação da comunidade escolar, na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar.

Sob essa ótica, são considerados profissionais da educação todos os servidores envolvidos direta ou indiretamente nos processos educativos e de gestão da escola, independentemente de suas frentes de atuação. Os profissionais da educação são sujeitos fundamentais da ação educativa e, por isso, devem assumir o compromisso com a formação integral do estudante.

Atualmente, os TEVS¹ foram definidos em relatório apresentado para a Política Nacional de Assistência Social em 2004, e ainda vigora. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), em pesquisa patrocinada pela SEDEST, elaborou uma série de critérios para conceituar os Territórios e seus residentes. Os TEVS são áreas onde o conjunto de pessoas que ali reside apresenta, ao menos, uma das características abaixo:

1 TEV – Território de Vulnerabilidade Social

- Família com renda *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo.
- Família com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, com pessoas de zero a 14 anos e responsável com menos de quatro anos de estudo.
- Família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, analfabeta e com filhos menores de 15 anos.
- Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais desocupada (procurando trabalho) e com quatro ou menos anos de estudo.
- Família na qual há uma pessoa entre 10 e 15 anos que trabalhe.
- Família na qual há uma pessoa entre quatro e 14 anos de idade que não estude.
- Família com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e com pessoas de 60 anos ou mais.
- Família com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e com uma pessoa com deficiência.

A complexidade e disparidades da nossa rede pública acabam por gerar uma subdivisão dentro do universo das unidades escolares, as chamadas escolas da periferia. São as unidades fixadas nos bairros, setores, áreas distantes do centro ou dos círculos residenciais mais valorizados – geralmente nos TEVS - acomodando geralmente a população pobre.

2.1 Caixa Escolar da Escola Classe 14

É a Instituição criada juridicamente para responder pelo financeiro. Seus membros constituídos no ano de 2020, estão eleitos até dezembro de 2021. São eles:

Presidente	Keila Gonçalves dos Santos
Vice-Presidente	Vidison Eudo Alcântara
1ª Secretária	Priscila Alves Soares
2ª Secretária	Santana Moreira Lustosa
1º Tesoureiro	Joselânia Campos Pinheiro
2ª Tesoureira	Veraci de Campos Santos
Conselho Fiscal	Gisele Costa de Oliveira Eleide Rodrigues Alves Eva Vilma Procópio dos Santos Sirleides Neres dos Santos Luciana Silva Gomes

2.2 Conselho Escolar

Em cada instituição pública de ensino do Distrito Federal, funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEDF.

Compete ao Conselho Escolar, além de outras atribuições a serem definidas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal:

- I. Elaborar seu regimento interno;
- II. Analisar, modificar e aprovar o plano administrativo anual elaborado pela direção da unidade escolar sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola;
- III. Garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade escolar;
- IV. Divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, à qualidade dos serviços prestados e aos resultados obtidos;

- V. Estabelecer normas de funcionamento da Assembleia Geral e convocá-la nos termos desta Lei;
- VI. Fiscalizar a gestão da unidade escolar;
- VII. Promover, anualmente, a avaliação da unidade escolar nos aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos;
- VIII. Analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar;
- IX. Debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos.

O Diretor da unidade escolar integrará o Conselho Escolar como membro nato. O Conselho Escolar elegerá, dentre seus membros, presidente, vice-presidente e secretário, os quais cumprirão tarefas específicas definidas no regimento interno do colegiado, não podendo a escolha para nenhuma dessas funções recair sobre membros da equipe gestora da unidade escolar.

Compete ao presidente do Conselho Escolar dirigir a Assembleia Geral Escolar. O Conselho Escolar se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês. Para instalação das reuniões do Conselho Escolar, será exigida a presença da maioria de seus membros.

As reuniões do Conselho Escolar serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas. O não comparecimento injustificado de qualquer conselheiro a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco alternadas implicará vacância da função.

Os membros do Conselho Escolar da Escola Classe 14 de Planaltina são:

- Todos os pais e ou responsáveis pelos alunos matriculados bem como todos os docentes e servidores lotados na escola;
- Arlete de Quevedo (Presidente); Keila Gonçalves dos Santos (membro nato); Antônia Paulino da Silva (representantes dos servidores); Suzy Nascimento da Silva (representantes dos pais).

2.3 Assembleia Geral

Órgão colegiado e previsto na Lei 4.751/2012, ou seja, Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. A Assembleia Geral Escolar, instância máxima de participação direta da comunidade escolar, abrange todos os segmentos escolares e é responsável por acompanhar o desenvolvimento das ações da escola.

A Assembleia Geral Escolar se reunirá ordinariamente a cada seis meses, ou extraordinariamente, sempre que a comunidade escolar indicar a necessidade de ampla consulta sobre temas relevantes, mediante convocação:

I – de integrantes da comunidade escolar, na proporção de dez por cento da composição de cada segmento;

II – do Conselho Escolar;

III – do diretor da unidade escolar.

O edital de convocação da Assembleia Geral Escolar será elaborado e divulgado amplamente pelo Conselho Escolar, com antecedência mínima de três dias úteis no caso das reuniões extraordinárias e de quinze dias no caso das ordinárias.

As normas gerais de funcionamento da Assembleia Geral Escolar, inclusive o quórum de abertura dos trabalhos e o de deliberação, serão estabelecidas pela SEDF.

Na ausência de Conselho Escolar constituído, as competências previstas recairão sobre a direção da unidade escolar.

Compete a Assembleia Geral Escolar:

- I. conhecer do balanço financeiro e do relatório findo e deliberar sobre eles;
- II. avaliar semestralmente os resultados alcançados pela unidade escolar;
- III. apreciar o regimento interno da unidade escolar e deliberar sobre ele, em assembleia especificamente convocada para este fim, conforme legislação vigente;
- IV. aprovar ou reprovar a prestação de contas dos recursos repassados à unidade escolar, previamente ao encaminhamento devido aos órgãos de controle;

- V. convocar o presidente do Conselho Escolar e a equipe gestora, quando se fizer necessário;
- VI. As decisões e os resultados da Assembleia Geral Escolar serão registrados em ata e os encaminhamentos decorrentes serão efetivados pelo Conselho Escolar, salvo disposição em contrário.

2.4 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola.

O Conselho de Classe será composto por:

- I. Todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;
- II. Representante dos especialistas em educação;
- III. Representante da carreira Assistência à Educação;
- IV. Representante dos pais ou responsáveis;
- V. Representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

O Conselho de Classe se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da unidade escolar ou de um terço dos membros desse colegiado. Cada unidade escolar elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

2.5 Regimento Interno da EC14

Em andamento.

3- PEDAGÓGICO

3.1 Teorias

A ação educativa deve ir além das aprendizagens de conteúdos formais, reconhecendo diferentes espaços, etapas, tempos e ferramentas educativas para que se consiga superar a distância entre o que se constrói dentro e fora da escola.

A aprendizagem é um processo que se desenvolve com a maturidade natural do organismo humano, com o contato com a cultura produzida historicamente e por meio das relações sociais mediatizada pelo mundo (FREIRE, 2003).

Para efetivação dessa proposta, a escola necessita reorganizar o seu trabalho, seu planejamento, sua coordenação coletiva. Reconstruir a relação entre o sujeito e o conhecimento, para subverter a lógica que separa pessoas e saberes, prazeres e descobertas, respeito e diferenças. Reconhecer que democracia, solidariedade e liberdade devem orientar o trabalho pedagógico.

Neste novo contexto, a sala de aula tradicional, que guarda identidade com a metáfora da transmissão/aquisição do conhecimento, ganha novos contornos. O arrojo das tecnologias educacionais associado ao gerenciamento de atividades guiadas pela participação, que priorizam a noção de conhecimento como construção e colaboração (PAIVA, 2010), remetem as práticas inovadoras, que rompem com a aula objetivista e buscam uma mudança de paradigma, apoiando-se em novas ferramentas, como os ambientes virtuais de aprendizagem (PAIVA, 2010).

Segundo o Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos (UNESCO, 2011), a taxa de repetência média para todas as séries do ensino fundamental na América Latina é de 4,4%. No Brasil, a taxa corresponde a 18,7%, a maior de todos os países da região. No Distrito Federal a taxa é de 18,12%, excluindo-se os 13,3% dos estudantes que são aprovados parcialmente, tendo que realizar dependência de disciplinas no ano subsequente.

Políticas Intersectoriais

- Política de ampliação das escolas que ofertam jornada em tempo integral;
- Política de promoção, defesa e garantia de direitos;
- Política de ampliação da oferta de formação inicial e continuada para profissionais da carreira magistério e da carreira assistência à educação em parceria com programas de formação (UnB/MEC/IFB);

Políticas Intrasetoriais

- Política de enfrentamento à retenção, ao abandono e à evasão: Programa de correção da distorção idade/série para o ensino fundamental e para o ensino médio.
- Elaboração de orientações pedagógicas para educação básica;
- Reelaboração do currículo da educação básica;
- Política de alfabetização de todas as crianças no Bloco Inicial de alfabetização – BIA;
- Política de implementação dos ciclos no ensino fundamental (4º e 5º anos);
- Política de inclusão gradual da Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental, com foco nas turmas de Distorção idade-série;
- Política de Implantação do Plano Distrital do Livro e da Leitura (PDLL);
- Política de implementação do Plano de Convivência Escolar;
- Política de modernização das unidades educacionais por meio da aquisição de aparato tecnológico que atenda à comunidade escolar.

Áreas que perpassam as Etapas e Modalidades da Educação Básica: educação Integral, em Direitos Humanos, em Diversidade e Educação Física e Desporto Escolar

Nesse contexto, a SEDF elencou fundamentada na cidadania, diversidade e sustentabilidade humana, as áreas que perpassam as etapas e modalidade da Educação Básica: Educação Integral, Educação em Direitos Humanos, Educação em Diversidade e Educação Física e Desporto Escolar.

Educação Integral

Em consonância com as concepções de educação integral, na perspectiva de ampliação de tempos e espaços educacionais, reafirmamos a importância de que a cultura, as artes e os esportes devem ser fomentados no itinerário escolar.

A implementação da ampliação do tempo escolar esbarra em desafios, uma vez que as escolas do DF, em sua ampla maioria, não foram construídas na perspectiva de ofertar esse modelo de educação.

Assim, visando ao aumento qualitativo do tempo de permanência do estudante nas escolas, sugerimos:

- Ampliação do atendimento de educação em tempo integral, de modo gradativo, de acordo com a construção ou reforma de escolas.
- Reestruturação física e disponibilização de pessoal para as escolas que aderiram à educação em tempo integral.

Para tanto, partimos de alguns questionamentos cruciais para o debate: Os profissionais da educação compreendem o significado da diversidade no contexto escolar? O conceito de diversidade está incorporado às práticas pedagógicas das escolas e integra o currículo? As questões da diversidade estão presentes no cotidiano da sala de aula ou aparecem apenas em momentos comemorativos e/ou em algum projeto pontual?

Para o trabalho com as temáticas da diversidade, foi constituída a Coordenação de Educação em Diversidade (CEDIV) cujo objetivo geral é promover a inclusão e a permanência educacional de grupos sociais historicamente excluídos, por meio da execução das políticas educacionais voltadas ao respeito e à aceitação das diferenças.

Hoje, o funcionamento do projeto escola Integral funciona com 80 alunos, sendo 40 no matutino e 40 no vespertino com as seguintes atividades: Oficina de Teatro e Práticas Circenses, Acompanhamento Pedagógico – Português, Atividade Esportiva- Futsal, Acompanhamento Pedagógico – Matemática e Oficina de Leitura. Os horários abrangem os seguintes: 07:30h às 15:15h e de 09:45h às 17:30h, onde todos se encontram no horário de almoço que ocorre de 12:15h às 12:45h. O trabalho é desenvolvido com o auxílio de dois monitores(Educadores Voluntários) um para cada período.

Educação Física e Desporto Escolar

A Educação Física apresenta múltiplas possibilidades de ação dentro e fora do espaço escolar. Sobretudo quando se fala da sua intervenção no âmbito da escola, é importante e imprescindível que se atrele o seu papel pedagógico à formação integral do estudante, ou seja, que a sua práxis corrobore a assimilação de valores voltados à cidadania, ao respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Assim, ancorada numa intervenção da corporeidade, do movimento humano e do respeito aos valores regionais, a Educação Física escolar reúne condições de atuar em todas as etapas e modalidades da educação básica do Distrito Federal.

Nessa perspectiva, existem temas que perpassam todo o conhecimento que deve ser desenvolvido nas aulas de Educação Física: corpo e estética; esportivização; espetacularização e megaeventos esportivos; ludicidade; lazer.

Na Educação Física escolar, percebem-se várias questões que precisam ser problematizadas, tais como a questão de gênero (divisão entre meninas e meninos nas aulas e nos elementos da cultura corporal), a constituição da sexualidade (corpo, saúde, preconceitos e discriminações), violência (drogas, pobreza, gangues).

Educação Física nos Anos iniciais do Ensino Fundamental: uma intervenção possível

A Educação Física é indispensável nos anos iniciais, porque pode proporcionar diversidade de experiências às crianças por meio de uma proposta pedagógica que favorece criar, inventar, descobrir novos movimentos, ver e rever conceitos e ideias sobre o movimento e suas ações, ou seja, a construção do repertório motor fundamental para a conquista da autonomia funcional do indivíduo.

Partindo desses pressupostos, em busca da melhoria da qualidade da educação, a SEDF pretende, a partir de projetos pilotos, incluir a docência de Educação Física na equipe pedagógica dos anos iniciais.

- Elaborar o processo seletivo para professores do Centro Integrado de Educação Física (CIEF).
- Ampliar o atendimento aos estudantes da rede pública de ensino, por meio do CIEF, para atividades de iniciação e aperfeiçoamento desportivo.
- Reorganizar as Orientações Pedagógicas dos Centros de Iniciação Desportivas, a fim de fomentar o Desporto Educacional.

3.2 Modalidades

A educação básica é organizada em etapas e modalidades conforme preconiza a Lei nº 9.394/96 em seu art. 21. As etapas da educação básica são:

- Educação Infantil até os cinco anos de idade ofertada em creches, de zero a três anos, e pré-escola, de quatro e cinco anos.
- O ensino fundamental é a segunda etapa, com matrícula obrigatória para crianças a partir dos seis anos de idade,

gratuito pública e com duração de nove anos subdivididos em anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano).

- O ensino médio é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos.

As modalidades de ensino presentes na SEDF são: educação inclusiva, educação do campo, educação profissional e educação de jovens e adultos. São classificadas como modalidades pela LDB porque podem localizar-se nas diferentes etapas da educação escolar, a exemplo da educação especial, que pode/deve acontecer em todas as etapas da educação básica.

3.2.1 Primeiro Ciclo

A educação infantil, como primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social.

Isso porque, ao ingressar no sistema educacional, os pequenos continua sendo crianças e tornam-se educandos. Não devem ser tratadas unicamente ou como crianças, ou como educandos. Importante lembrar: são crianças que frequentam numa instituição educativa.

A cultura da infância, a ser cultivada pela instituição educacional, coloca a brincadeira como meio de expressão, aprendizagem e desenvolvimento, garantindo a cidadania infantil; reconhece a necessidade de interações entre os pares etários, os adultos e os objetos, permitindo a exploração do mundo; associa as possibilidades da criança de ser cuidada e de ser educada, criando um ambiente seguro, estimulante, acolhedor, instigante, protegido, alegre.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 2009, de caráter mandatório, destacam que o grande objetivo dessa etapa é o desenvolvimento integral das crianças, ao garantir, a cada uma delas, o acesso ao conhecimento e à aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

3.2.2 Segundo Ciclo

O ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, foi ampliado para nove anos em 2005 no DF e, nacionalmente, em 2010, conforme Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.

Ressignificar esse espaço é pensar na integralidade desse humano e propiciar os espaços de aprendizagens significativas que respondam a essa integralidade.

Há que se garantir o atendimento a 100% dos estudantes do ensino fundamental, reduzir, no período de 2011 a 2014, o quantitativo de estudantes retidos no ensino fundamental garantir a permanência de todos com sucesso, comprometer-se com a alfabetização de todos os estudantes do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) e reduzir o número de estudantes que se encontram em situação de defasagem de idade em relação à série/ao ano.

A partir de avaliações realizadas nos últimos anos, como a Provinha Brasil, verificou-se que o desempenho dos estudantes em relação à leitura e à escrita ainda está longe dos ideais adotados como critérios de letramento.

Considerando o trabalho do ensino fundamental – anos iniciais, é importante ressaltar a continuidade do BIA e o acompanhamento das ações de 3ª série/4º ano e 4ª série/5º ano, acompanhados do debate sobre a ampliação dos ciclos de aprendizagem. Há o compromisso da alfabetização dos estudantes do BIA.

3.2.3 Educação Integral

Como já enunciado, o entendimento de educação integral não se pode resumir a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola. Apesar de esse fator ser importante para a melhoria na qualidade da educação, não é só isso que dará conta de tal papel.

Verificando-se os aspectos legais que, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos 34 e 87 prevê o aumento progressivo da jornada escolar para a jornada em tempo integral:

Art. 34 – A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo

progressivamente ampliado o período de permanência na escola. 2º parágrafo: O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. [...] Art. 87, § 5º – Serão conjugados todos os esforços, objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Nesta mesma linha, temos, ainda, a recomendação do Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, artigos 21 e 22, que apontam para a necessidade de educação integral e a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu artigo 221. Somado a isso há o Decreto nº 33.329, de 10/11/2011, que regulamenta a Lei Federal nº 4.601, de 14 de julho de 2011, instituindo o Plano pela Superação da Extrema Pobreza, DF sem Miséria, que, em seu art. 43, apresenta a necessidade de implantação progressiva da educação integral nas regiões de vulnerabilidade social. Requer um aumento quantitativo e qualitativo.

Em consonância com as políticas educacionais propostas pelo MEC, e indo além dessas proposições, este Caderno de Educação Integral orienta e convida educadores, comunidade escolar e sociedade civil à compreensão e à realização de uma proposta educacional libertária, inovadora, inclusiva e produtora de cidadania.

Esta proposta deve ser entendida como suprimento à implantação do Currículo que, por sua vez, é concebido à luz da Educação Integral, em consonância com o Projeto Político- Pedagógico Professor Carlos Mota, visando contribuir com o planejamento democrático, com a organização e a administração coletivas de um ensino público que contemple a integralidade do ser, a sustentabilidade humana e a integração da escola na e com a comunidade, a cidade e o meio ambiente.

Por definição, a palavra integral significa inteiro, completo, total, o que é identificado nas diversas definições de escola e de educação propostas por Anísio Teixeira e retomadas mais recentemente nas discussões acerca da necessidade de ampliação do tempo de permanência do estudante na escola.

O Distrito Federal, visando materializar a almejada Educação Integral, como produto de estudos pedagógicos, sociológicos e filosóficos, propõe um novo formato educacional que provoque mudanças na sociedade e na escola. O estudo pedagógico resultou da reflexão sobre a real necessidade de ampliação do tempo de permanência do estudante na escola e, principalmente, sobre como utilizar esse período ampliado como um tempo de aproveitamento pedagógico,

social, de contribuição pessoal e coletiva na formação do estudante e da comunidade onde este e sua escola estão inseridos.

A associação da instrução escolar aliada a um conjunto mais amplo de experiências socioculturais demanda mudanças curriculares e indica a necessidade de reconceituação da educação escolar. Em síntese, a Educação Integral é uma proposta que pretende a ampliação de oportunidades educacionais com um novo formato de educação que proporcione a ampliação dos espaços e tempos educacionais.

Apesar da controvérsia acerca dessas definições, para a rede pública de ensino do Distrito Federal adotamos o conceito de que a educação integral é aquela que possibilita a formação integral dos sujeitos. Segundo o PPP Professor Carlos Mota (2012), a educação integral pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões. Em outras palavras, não é possível educar sem reconhecer que os sujeitos se constituem a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética que, pela complexidade das relações que se estabelecem entre todos os elementos da Terra, dialoga amplamente com as dimensões ambientais e planetárias em um novo desenho das relações humanas e sociais. Vista dessa forma, a Educação requer que estejam integrados e sejam ampliados, de forma qualitativa, espaços, tempos, saberes e conteúdos.

Como processo pedagógico, a educação integral prevê práticas não dicotomizadas que reconhecem a importância dos saberes formais e não formais, a construção de relações democráticas entre pessoas e grupos, imprescindíveis à formação humana, valorizam os saberes prévios, as múltiplas diferenças e semelhanças e fazem de todos nós sujeitos históricos e sociais. Quanto à ampliação do tempo de permanência do estudante na escola, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - em seus artigos 34 e 87, faz a previsão do aumento progressivo da jornada escolar, conforme segue:

Art. 34 – A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola [...].2º parágrafo: O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino [...].Art. 87, parágrafo 5º - Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das

redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Visando delimitar o que define educação em tempo integral, o Decreto Presidencial nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, define a jornada de tempo integral da seguinte forma:

Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais (BRASIL, 2010).

A ampliação de tempo prevista nessas legislações não está diretamente relacionada à formação integral do estudante, porém acreditamos que este fator contribui de forma relevante para que se ofereça ao estudante a educação integral.

Princípios da Educação Integral

Os princípios basilares da Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal são:

Integralidade humana: processo educativo com base no reconhecimento do caráter multidimensional do ser humano, composto por aspectos psicomotores, cognitivos, afetivos, intuitivos e socioculturais integrados às experiências da vida. Nessa perspectiva, é a escola que ganha mais tempo para o processo de amadurecimento de aprendizagens de seus estudantes e não o estudante que irá passar mais tempo na escola.

“Transdisciplinaridade”:

“Transversalidade”:

“Intersetorialidade”:

“Territorialidade”:

“Diálogo escola/comunidade”: consiste no compartilhamento da responsabilidade e da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores.

A organização curricular da Escola Integral traduz-se em uma conjugação qualitativa de atividades educativas e culturais bem vivenciadas,

integradas e articuladas pedagogicamente. Para Cavaliere (1996), o aumento do horário escolar “(...) é um elemento que coloca em pauta um tipo de mudança curricular que aponta em direção a uma prática de educação integral”.

Gestão democrático-participativa:

Educação Integral x Educação em Tempo Integral

Quando pensamos na ampliação do tempo de permanência do estudante na escola, o maior entrave refere-se às limitações físicas e estruturais que as escolas públicas do Distrito Federal apresentam, pois não foram concebidas na perspectiva de que o estudante permaneça o dia inteiro na instituição. No entanto, conforme o Ministério da Educação preconiza em suas discussões que fundamentam o Programa Federal Mais Educação,

O espaço físico da escola não é determinante para a oferta de Educação Integral. O reconhecimento de que a escola não tem espaço físico para acolher as crianças, adolescentes e jovens nas atividades de Educação Integral não pode desmobilizar (...) (Passo a Passo, Mais Educação, 2011).

Na sociedade atual, a escola é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de diversas funções. Além da função de instruir e avaliar, a escola tem de orientar (pedagógica, vocacional e socialmente), de guardar e acolher as crianças e os jovens em complementaridade com a família, de se relacionar ativamente com a comunidade, de gerir e adaptar currículos, de coordenar um grande número de atividades, de organizar e gerir recursos e informações educativas, de se auto-gerir e administrar, de auto-avaliar, de ajudar a formar seus próprios docentes, de avaliar projetos e de abordar a importância da formação ao longo de toda a vida (Alarcão, 1996).

Assim, a escola pública passa a incorporar um conjunto de responsabilidades que não eram vistas como tipicamente escolares, mas que, se não estiverem garantidas, podem inviabilizar o trabalho pedagógico (Educação Integral, Texto Referência para o Debate Nacional, MEC, 2009).

Segundo o Ministério da Educação (2009), para implementar a Educação Integral é imprescindível a superação de grande parte dos modelos educacionais vigentes, prevendo novos conteúdos relacionados à

sustentabilidade ambiental, aos direitos humanos, ao respeito, à valorização das diferenças e à complexidade das relações entre a escola e a sociedade.

Compreendendo o tempo escolar, como o período de instruir, cuidar, do avaliar e do zelar, vemos a necessidade de ampliar o tempo de permanência nas instituições de ensino, sendo que para tal, todos os atores do processo educacional devem envolver-se com a proposta, repensando o projeto pedagógico.

Os atores do processo pedagógico

A integração interpessoal harmônica permite que o grupo de profissionais também revitalize a dimensão comunitária, o sentimento de pertencimento ao grupo de trabalho e, sobretudo, sinta-se mais competente, confiante e autônomo para manter a contextualização, a integração e a interdisciplinaridade das atividades pedagógicas necessárias à escola integral.

Sendo assim, em âmbito de gestão, diretores, supervisores, coordenadores, professores, funcionários administrativos e demais responsáveis pelo trabalho técnico-administrativo-pedagógico da unidade escolar devem atuar de forma coletiva, construindo uma identidade compartilhada, fazendo a articulação de todas as atividades desenvolvidas ao longo do dia letivo e de todo o processo pedagógico.

A equipe gestora

É a responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros, pela articulação das ações administrativas, pela manutenção de um ambiente escolar harmônico e pela articulação do trabalho pedagógico a ser desenvolvido pela equipe que atua nos diversos momentos pedagógicos da escola. Compete também à equipe gestora articular a atuação do Conselho Escolar com todas as ações que exijam apreciação e tomada de decisões coletivas, envolvendo principalmente a aplicação de recursos financeiros. Dessa forma, a escola estará garantindo o fortalecimento de toda a equipe e da unidade do processo pedagógico da instituição de ensino.

Esse sucesso é uma construção. Depende da participação de toda equipe escolar e, sobretudo, da atuação das lideranças. Os gestores precisam trabalhar com os professores a concepção de escola que desejam implementar e, de acordo com essa concepção, como se definirá o

projeto político pedagógico da escola e a prática de seus professores, de maneira a promover a aprendizagem contínua dos estudantes (GROSBAUM; DAVIS, 2002, p. 77).

Podem-se destacar os seguintes fatores a serem observados quanto a esse profissional:

- Assegurar um ambiente propício à aprendizagem;
- Adotar medidas de intervenção;
- Corrigir os desvios;
- Estimular a participação e acompanhamento dos pais na vida escolar;
- Elevar os índices de rendimento satisfatório;
- Promover ações que busquem a cultura da paz entre todos.

O Coordenador Pedagógico

Quando nos deparamos com o desafio de construir uma escola integral, o coordenador pedagógico assume papel de grande magnitude, pois cabe a ele garantir a articulação entre professores, equipe gestora e comunidade escolar.

Segundo Libâneo (2004), temos que o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, estudantes e pais.

O Coordenador de Educação Integral

Segundo Clementi (apud Almeida), cabe ao coordenador “acompanhar o projeto pedagógico, formar professores, partilhar suas ações; também é importante que compreenda as reais relações dessa posição”.

O professor

Entre as várias funções sociais da educação, deve-se destacar que a educação é processo e prática social que acontece através de relações sociais. Ela se dá ao longo da vida, de forma contínua. Sendo assim, sua práxis social deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, atendendo às diferentes demandas. Reconhecer esse tempo e respeitar o tempo de cada estudante é o grande desafio do professor nesse processo.

Os outros atores do processo

O trabalho de monitoria deverá ser desempenhado preferencialmente por estudantes universitários em formação específica nas áreas afins às atividades desenvolvidas na escola ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas, como, por exemplo, instrutor de judô, mestre de capoeira, contador de histórias, agricultor para horta escolar, entre outros. Além disso, poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências, saberes e habilidades, estudantes da EJA e estudantes do ensino médio, a partir de 16 anos de idade.

Organização do tempo e do espaço escolar

A escola pauta-se no tempo como movimento constante, irreversível, rígido, hegemônico, sucessivo, sequencial e classificável.

Quando propomos uma organização do tempo escolar, pensamos na possibilidade de construir uma nova relação entre tempo e espaço que reflita diretamente no processo de ensino-aprendizagem, otimizando esse procedimento.

Propomos à escola que repense seu tempo escolar para além do tempo cronológico, um tempo dinâmico que permita a maleabilidade de aprendizagens de que o estudante integral necessita, propiciando a esse tempo a permissão de ir e vir.

A organização do tempo escolar deve levar em consideração a realidade, a localização e a estrutura de cada instituição, além de atender às necessidades de estudantes, professores e da comunidade escolar.

Novamente temos a necessidade de pensar na ampliação do tempo de permanência do estudante no espaço escolar; assim, deparamos com a necessidade de ressignificar esse tempo para que não haja fragmentação. Surge a necessidade de propiciar contínuo espaço-tempo de aprendizagem.

Repensar a escola a partir dessas novas referências é mais que um desafio, é uma urgência no contexto contemporâneo de uma educação de qualidade, em que cada sujeito é participante da nova concepção de educação.

O Conselho Nacional de Educação, em seu Parecer nº 5/97 - CEB, aprovado em 07/05/97, diz:

(...) temos que as atividades escolares se realizam na tradicional sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada estudante. Assim, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados.

A realização de refeições coletivas no ambiente escolar auxilia no fortalecimento do vínculo com a escola, vendo-a como um ambiente acolhedor que proporciona tanto a sobrevivência física como a satisfação de outras necessidades biopsicossociais, a interação com outros estudantes, a disponibilização de espaço para desenvolvimento individual, bem como intensifica o sentimento de pertencimento à comunidade escolar.

O período destinado às refeições na Escola de Educação Integral em Tempo Integral precisa ser planejado e significado pedagogicamente, devendo ser pensado como um momento para a formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene, boas maneiras, valores e, acima de tudo, socialização e interação dos estudantes com todos os envolvidos na unidade escolar.

O ambiente onde é servido o almoço deve ser de preferência um refeitório e, caso a escola não disponha, deverá providenciar um ambiente tranquilo, organizado, limpo e agradável para que os estudantes tenham boa aceitação em relação à alimentação.

Para o período de almoço, sugerimos que a Escola Integral realize três passos diários que visam ao fortalecimento do momento de alimentação como espaço pedagógico: motivação do estudante a alimentar-se, higienização após alimentação e oferta de um momento de repouso posterior à alimentação.

O estudante que permanecer o período de sete horas diárias deve ter acesso a duas refeições.

Mesmo quando não há a ampliação no tempo de permanência do estudante na escola, em uma perspectiva de formação multidimensional, há a sugestão de oferta de duas refeições diárias, de modo a suprir suas possíveis carências alimentares.

Organização curricular

Este precisa ser adequado à realidade de cada escola, de acordo com as necessidades e anseios dos estudantes, os materiais e recursos disponíveis. A aprendizagem só irá ocorrer a partir do momento em que seja realmente significativa para o estudante.

Argumenta-se aqui a partir do amparo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em seus princípios e fins da educação nacional, quando diz que a educação, como dever da família e do estado, “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. As crianças e jovens precisam ser educados para o convívio social e para seu desenvolvimento nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Baseado na orientação de um currículo integrado e articulado, as escolas de Educação Integral do DF organizam os componentes curriculares conforme a base nacional comum, relacionando-os transversalmente com a parte diversificada de artes, esportes, lazer, cultura, entre outras.

A Educação Integral se configura como oportunidade de reflexão sobre as relações sociais, sobre os direitos e deveres legalmente instituídos, associando teoria e prática, trabalho intelectual e trabalho manual e, portanto, aproximação do currículo escolar à vida.

A fim de materializar o proposto pela legislação, as diretrizes norteadoras para a implementação de política de Educação Integral no Distrito Federal, estabelecidas pela portaria nº 01, de 27 de novembro de 2009, apresentam duas possibilidades de organizar os componentes curriculares:

- A parte diversificada de artes, lazer, biblioteca, música, cultura, rádio escolar, etc. pode ser entremeada no tempo, durante o dia, independentemente de sua natureza mais ou menos sistemática. Um horário de aula de matemática (componente da base nacional comum) pode ser seguido de uma atividade diversificada de teatro, que, por sua vez, pode prosseguir num horário de biblioteca ou numa aula de língua portuguesa. Essas atividades podem, em função de um projeto elaborado, estar integradas, rompendo a rigidez da própria grade horária

curricular. Pretende-se, com essa nova lógica organizacional, favorecer o encontro interdisciplinar, bem como evitar a valoração prévia entre componentes curriculares. Tal sistema exige uma reorganização do trabalho pedagógico, do planejamento docente, bem como das dinâmicas de deslocamentos e usos dos espaços.

À guisa de orientação para operacionalização da parte diversificada do currículo, elencamos campos de conhecimento, divididos em dois níveis de sistematização: campos de conhecimento de caráter obrigatório e campos de conhecimento de caráter eletivo.

Definiremos aqui os Campos de Conhecimento, como o conjunto de diferentes formas e tipos de conhecimento sob a mediação da ética e da política, articulando os saberes científicos e os saberes advindos da experiência, sem desprezar o senso comum.

Os Campos de Conhecimento de caráter obrigatório devem ser oferecidos obrigatoriamente em todas as escolas que ofertam educação em tempo integral.

Fazem parte da base nacional comum das matrizes curriculares e dizem respeito ao acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática.

Os Campos de Conhecimento de caráter eletivo são aqueles selecionados pela escola, atendendo às demandas da região, sendo sua seleção feita em consonância com a comunidade escolar. Devem estar contidos no Projeto Político-pedagógico da escola.

Visam contribuir com o enriquecimento dos conhecimentos científicos, teóricos e metodológicos de forma experimental e vivencial e materializam-se nos projetos interdisciplinares. Correspondem às atividades de Educação Ambiental, Esporte e Lazer, Investigação, Cultura e Artes, Informática e Mídias Educacionais, Saúde, Memórias, Educação Econômica, Sustentabilidade Humana e Línguas Estrangeiras.

O atendimento em tempo integral

- a. A rotina diária de cada unidade escolar será definida pela comunidade escolar e deverá constar no Projeto Político-pedagógico, observando que as atividades complementares deverão ser planejadas de acordo com as peculiaridades locais e ou regionais.
- b. A grade horária de cada turma deverá ser composta, respeitando a Base Nacional Comum, adequada à perspectiva do tempo contínuo de ensino-aprendizagem, inserindo de duas a cinco horas diárias de atividades complementares, devendo ser considerados nesse período os horários para refeição e descanso.
- c. As atividades da base nacional comum e as atividades complementares poderão ser intercaladas, de modo que não haja “engessamento” da grade horária.
- d. O ano letivo, independente do ano civil, tem duração de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar oferecido a todos os estudantes, conforme as orientações que são emanadas do Conselho de Educação do Distrito Federal, excluído o tempo reservado à recuperação final em qualquer dos casos. Assim, o estudante de Educação Integral deverá ser atendido durante todo o ano letivo, conforme o calendário escolar da SEEDF.
- e. O registro do trabalho pedagógico da parte diversificada do currículo desenvolvido nos diversos projetos interdisciplinares é obrigatório, sendo feito em diário de classe específico.

Como operacionalizar o tempo ampliado

O atendimento semanal deverá ser obrigatoriamente de, no mínimo, quatro vezes por semana, exceto nas escolas vinculadas a Programas e ou projetos específicos para fomento à Educação Integral em tempo Integral.

Para a construção e o fortalecimento de interações e do vínculo social, é imprescindível a convivência diária contínua que depende de uma rotina dinâmica, motivadora e inovadora. Desta forma, não é possível que haja

fracionamento no atendimento ao estudante, que deve ter acesso diário e sistemático à nova proposta de atendimento.

A oferta de Educação Integral em tempo integral não é uma tarefa simples. Fatores como a estrutura física, disponibilização de recursos financeiros e humanos são desafios com o propósito de transpor obstáculos para a universalização do atendimento de todos os estudantes de cada unidade de ensino.

Para composição das turmas de tempo integral, a fim de viabilizar a execução das atividades diversificadas, poderão ser agrupadas de acordo com seu nível de aproveitamento para a atividade proposta e ou por faixa etária.

A organização das turmas de Educação em Tempo Integral é flexível, devendo ser prevista no Projeto Político-pedagógico da Unidade Escolar: na composição das mesmas, deverá haver equilíbrio entre o número de meninos e meninas.

Temos o Parecer do CNE Nº 5/97 - CEB, aprovado em 07/05/97, que referencia a possibilidade da organização de classes, independentemente de séries ou períodos, para grupos de estudantes com equivalentes níveis de aproveitamento, visando ao “ensino de língua estrangeira, artes ou outros componentes curriculares” (artigo 24, inciso IV - LDB).

Para que a escola possa planejar suas ações, é necessário que a cada ano, no momento de renovação da matrícula ou de efetivação da matrícula, o responsável pelo estudante faça a solicitação de atendimento em tempo integral, mediante assinatura do Termo de Adesão para que a escola possa avaliar suas potencialidades e programar suas ações com maior antecedência.

Reiteramos a necessidade de que a escola utilize outros espaços educadores, interagindo com a cidade em diversas esferas – esportivas, culturais, sociais –, lembrando a necessidade de planejamento acerca do transporte escolar para as atividades externas complementares.

Lembramos ainda que tais atividades devem estar previstas na proposta pedagógica da escola e planejadas a fim de atender aos anseios e necessidades de todos os estudantes, fazendo com que a ampliação dos espaços educativos seja prazerosa. Como diz Arroyo (2012), “se um turno já é tão pesado para tantos milhões de crianças e adolescentes condenados a

opressivas reprovações, repetências, evasões, voltas e para tão extensos deveres de casa, mais uma dose do mesmo será insuportável”.

As mudanças ocorrem conforme a evolução da humanidade. Com a globalização das informações, não se consegue acompanhar a dimensão informativa que chega a todo o momento.

Por isso, a coordenação pedagógica nas escolas de Educação Integral deve ser reorganizada quando se pensa em mudanças de estratégias educacionais, em mudança de cultura. Esse espaço deixa de ser apenas um local para recados, preparação de material pedagógico e afazeres pontuais e individuais, mas torna-se um tempo/espaço coletivo para troca de experiências, compartilhamento de práticas pedagógicas inovadoras, ou seja, ocasião em que se aprende e se ensina.

O PPP Professor Carlos Mota (2012) nos lembra que a trajetória histórica da Coordenação Pedagógica na rede pública de ensino do DF, resultado da mobilização e luta da categoria de professores, vem sendo comprometida por algumas práticas equivocadas que fragilizam essa preciosa conquista, empobrecendo o espaço privilegiado para a construção/consolidação do PPP e da educação pública que buscamos.

Segundo Leite (2000), a coordenação pedagógica pode ser entendida como “um conjunto de atividades executadas no sentido de garantir que ocorra a organização docente em todos os níveis previstos”. Tais atividades implicam desde garantir as condições logísticas até acompanhar cada etapa do processo de organização.

Dessa forma, pressupõe-se que a coordenação pedagógica é o espaço e tempo ideais para a reflexão sobre a prática direta com os estudantes, através da observação, registro, planejamento e avaliação.

Para que a coordenação pedagógica adquira sentido, é necessária a participação de todos os professores e coordenadores no acompanhamento das atividades e nas coordenações coletivas da Unidade Escolar, a fim de garantir a interlocução entre as atividades referentes à base nacional comum e à parte diversificada, descaracterizando, assim, a existência de dois turnos distintos na escola.

O coordenador pedagógico que acompanha as atividades de tempo integral, por sua vez, não é somente o responsável por dar suporte aos bolsistas

e ou monitores em seu trabalho de apoio pedagógico, mas assume o papel de protagonista na implementação de um contínuo de aprendizagem.

A educação deve buscar novos parâmetros, novas perspectivas, deve permitir-se inovar, transformar. Administrar uma escola que oferece Educação Integral em tempo integral implica mudança de atitude, de postura docente, da escola e do sistema de ensino. Não é uma mudança meramente burocrática. Trata-se de uma transformação de crenças e atitudes pedagógicas, com uma nova teoria que se põe como base do trabalho. É uma nova organização.

Na Escola Integral, o projeto político-pedagógico deve ser elaborado pela equipe gestora da unidade escolar com a participação efetiva da comunidade escolar, pais ou responsáveis pelos estudantes, conselho de classe e conselho escolar, considerados como participantes ativos dentro do processo de construção educacional.

A participação articulada, reflexiva, criativa e comprometida entre os atores escolares e a mobilização dos potenciais educativos da comunidade local são fatores de extrema importância para o sucesso da Escola Integral. Essa participação deve estar presente nos diversos níveis de planejamento.

Segundo Padilha (2001), o planejamento de ensino é o processo de decisão sobre a atuação concreta dos professores no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações em constantes interações entre professor e estudantes, e entre os próprios estudantes.

É preciso considerar, por ocasião da elaboração do PPP, o fato de a Escola Integral não ser, em hipótese alguma, uma escola dividida em turnos: todas as atividades são entendidas como educativas e curriculares. Diferentes atividades: esportivas e de lazer, culturais, artísticas, de educomunicação, de educação ambiental, de inclusão digital, entre outras devem fazer parte de um projeto curricular transversal que oferece oportunidades para aprendizagens significantes, úteis e prazerosas. Os componentes da base nacional comum e as atividades complementares, como artes, esporte, lazer, biblioteca, música, animação cultural, rádio escola, etc. devem estar integradas às áreas de conhecimento e previstas no Projeto Político-pedagógico, podendo ser trabalhados tanto no período matutino como no vespertino ou de forma mesclada, ficando sua escolha sob a responsabilidade de cada escola, conforme a realidade local.

Uma escola verdadeiramente integral é constituída por elementos como o currículo integrado, a gestão democrática, plenas condições de trabalho pedagógico que articulados ao projeto político-pedagógico da escola, garantem a vivência escolar de estudantes, professores, família e comunidade em um exercício cotidiano, coletivo e democrático de cidadania.

A implantação de escolas de tempo integral só faz sentido quando concebida uma Educação Integral em que o horário expandido venha a representar uma ampliação de oportunidades e situações especialmente planejadas com a finalidade de promover aprendizagens significativas e emancipadoras.

Nossa proposta não é apenas ampliar o tempo do estudante na escola. Não é reproduzir o que já existe e sim propor algo novo. Algo inovador. É aumentar quantitativamente, mas, sobretudo qualitativamente as novas aprendizagens.

3.2.4 Educação Inclusiva

A inclusão educacional é um conceito que ainda apresenta diversos olhares, diversas formas de intervenção. A SEDF entende que é preciso uma atenção mais apurada para as pessoas com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades (AH).

Segundo LDB, a educação especial é uma modalidade oferecida a estudantes com necessidades educacionais especiais, de modo a oportunizar condições favoráveis à sua aprendizagem, desenvolvimento e participação social autônoma e cidadã. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) define como seu público os estudantes com deficiência(s), Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e com Altas Habilidades/Superdotação.

Na SEDF, o Atendimento Educacional Especializado é realizado nas salas de recursos, conforme definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação) e complementa (para estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares

desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da educação básica.

A SEDF oferece, nas escolas regulares, as classes especiais, fundamentado-se no capítulo II da LDB e na Resolução CNE/CEB nº 02/2001, art. 9º, para atender, em caráter transitório, os estudantes que demandam ajuda e apoio intensos e contínuos.

Para a maximização da oferta de educação especial – inclusiva, a SEDF pretende:

- Ampliar o quadro de profissionais da carreira de assistência na função técnico em gestão educacional – especialidade monitor – e de profissionais especializados.

Para viabilizar o alcance das metas pretendidas, outras ações estão em desenvolvimento:

- Implantar projetos de acessibilidade, como o Projeto de Produção do Livro Acessível (DV), de adequações arquitetônicas e de ambientes ergonômicos.
- Ampliar o Programa de Distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais.
- Adquirir materiais diversos (equipamentos e material didático-pedagógico).

3.3 Conteúdos

CURRÍCULO

Etimologicamente, a palavra currículo, de origem latina “curriculum”, significa “pista de corrida”, e segundo Silva (2011) “podemos dizer que no curso dessa “corrida” que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos” (15).

Nesse entendimento, um currículo não é composto somente da concretude espaço/temporal do “caminho” – princípios, objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação -, mas também das percepções e concepções de quem o construiu e daqueles que por ele passam, configurando-se nessa perspectiva, uma questão de subjetividade.

Ao pensarmos em currículo, por mais que acreditemos que esteja dado, definido, altera-se pelo tempo, pelo uso, pelo desuso, pelos movimentos históricos, culturais e sociais de quem dele se utiliza e se apossa, visto que podem alterá-lo por acréscimo, omissões de informações, desvios, por abandono ou outros fatores.

Assim, o currículo escolar é o retrato das escolhas não neutras de determinada parte da sociedade que define quais conhecimentos/saberes socialmente construídos deverão ser disponibilizados para os estudantes de todos os níveis, etapas e modalidades de escolarização.

Nesse processo, alguns questionamentos se fazem presentes: o que se ensina? Para quem se ensina? O que se aprende? O que se faz com o que se aprende na escola? Quem ensina? Quem aprende? Quais as intenções expressas no currículo escolar? Como a comunidade compreende e implementa o currículo? Qual a temporalidade de um currículo?

Santomé (1998) ressalta que uma organização curricular mais integrada deve se focar em temas ou conteúdos atuais e relevantes socialmente e em constante renovação, dada a plasticidade da sociedade: necessidades, descobertas, possibilidades, inquietudes. Por isso, a necessidade de que tenhamos eixos para o trabalho.

Nessa perspectiva, atribui-se ao currículo o significado de construção social que possibilita o acesso do estudante aos diferentes referenciais de leitura de mundo, às vivências diferenciadas, à construção e reconstrução de saberes específicos de cada etapa/modalidade da Educação Básica, bem como conteúdos organizados em torno de uma ideia, um eixo integrador.

A partir disso, surgem alguns questionamentos fundamentais:

o modelo da seriação atende às nossas expectativas? Como superar as dificuldades e a retenção que observamos nas chamadas passagens entre as diversas etapas, e exemplo da passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental? Como podemos ter êxito na alfabetização e letramento em todos os níveis?

Além das discussões em torno da articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, bem como com as disciplinas que compõem cada área, é fundamental que se discuta uma proposta efetiva em torno da organização estrutural das etapas e modalidades de ensino. É dever de todos que fazem a

educação na SEDF empenharem-se para oferecer uma educação pública de qualidade social, sempre comprometida com a gestão democrática das escolas, com a igualdade, com a justiça social e com a permanência com êxito de todas e todos os estudantes.

Nesse sentido, os encontros, fóruns e seminários ocorridos em 2011 apontaram para uma proposta curricular que caminha para a construção de fases ou ciclos de aprendizagem como forma de organização do sistema educacional, além da elaboração de orientações pedagógicas que serão socializadas por meio dos Cadernos Temáticos.

Ciência e Tecnologia

Esse núcleo objetiva, por meio de uma política educacional específica, ampliar e aprimorar o ensino de ciências nas unidades escolares dos anos iniciais e anos finais, pautado na cultura de alfabetização e letramento científico.

Durante os últimos anos, uma proposta para o ensino de ciências foi implementada por meio da contratação de um programa externo que teve sua continuidade suspensa por questões de caráter técnico, pedagógico e administrativo. Diante da perspectiva de ações reestruturantes a partir da nova gestão, o Núcleo de Ciência e Tecnologia iniciará um trabalho periódico de coordenação pedagógica junto às Regionais de Ensino, dando continuidade às ações já apontadas em 2011, como o Circuito de Ciências e demais ações em parceria com o Ministério de Ciências e Tecnologia – Olimpíadas de Matemática, Semana Nacional de Ciências e Tecnologia, entre outras – e realização de encontros e formações voltados aos professores de ciências.

Considerando tal contexto, é clara a necessidade de se fazer um levantamento da situação dos laboratórios de ciências e informática nas escolas, assim como de se implantarem laboratórios nas escolas dos Anos Iniciais; formar professores dos Anos Finais, visando à transposição didática entre o prático e o teórico e a necessidade da aquisição de ferramentas tecnológicas para o enriquecimento do trabalho pedagógico em sala de aula.

- Encontros quinzenais com os articuladores do CRA (Centro de Referência de Alfabetização) e coordenadores pedagógicos do 4º ano e 5º ano.
- Disseminação da musicalização nos anos iniciais.
- Construção de uma proposta para os ciclos de aprendizagem para os estudantes do 4º ao 9º ano do ensino fundamental.
- Implantação de estratégias para acompanhamento dos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos.
- Construção de projeto para o ensino de ciências, nas proposta de alfabetização/letramento científico.
- Implantação do Circuito de Ciências das escolas da rede pública do DF, em níveis regionais e distritais, com culminância na Semana Nacional de Ciências e Tecnologia.

3.4 Diretrizes Curriculares

3.4.1 1º Ciclo - Educação Infantil

O currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Infantil foram lidos, debatidos e utilizados os seguintes documentos:

- O Currículo Experimental da rede pública (2010);
- O Referencial Curricular para a Educação Infantil, MEC (1998), Critérios para o Atendimento em Creches que Respeitam os Direitos Fundamentais da Criança, MEC (1994), Indagações sobre o Currículo, MEC (2006), Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, MEC (2009) e Política de Educação Infantil no Brasil: Relatório de Avaliação, MEC/UNESCO (2009), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil, MEC (2009);
- A literatura específica sobre o trabalho com crianças de 0 a 5 anos, produzida no Brasil e no exterior;
- Os currículos de Educação Infantil dos municípios de São Paulo (2007), Cascavel (2007), Belo Horizonte (2009), Rio

de Janeiro (2010), Florianópolis (2010), Jundiá (2011), Pinhais (2011), Maringá (2012) e Fortaleza (2011), entre outros consultados.

Com o pressuposto de que todos que trabalham nessas instituições participam e promovem as aprendizagens e o desenvolvimento integral das crianças, o Currículo deve ser lido, discutido e incorporado por todos os profissionais que integram o espaço educativo: diretor, vice-diretor, orientador educacional, professor, coordenador pedagógico, equipe especializada de apoio ao aluno, monitor, cozinheiro, auxiliar de limpeza, conservação e vigilância, técnico e agente em gestão educacional.

Cumpramos ressaltar que, no ano de 2013, foi instituída a Lei Federal nº 112.796/2013, que altera a LDB 9.394/1996 e determina que a educação obrigatória e gratuita atenda as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, resultando na obrigatoriedade das famílias matriculem as crianças na Pré-escola.

O ponto de vista que norteia este Currículo aposta justamente nas imensas possibilidades e potencialidades das crianças e das infâncias, conhecê-las em seus fazeres, linguagens, invenções, imaginações, brincadeiras e cuidados.

Eixo Integrador do Currículo da Educação Infantil

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, delibera em seu artigo 9º que as práticas pedagógicas as quais compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira.

Assim sendo, a SEEDF adota como eixo integrador do Currículo da Educação Infantil a junção de elementos basilares do trabalho educativo com os bebês e crianças pequenas: Educar e cuidar, brincar e interagir.

Para tanto, é necessário que as instituições, em seu projeto político-pedagógico e em suas práticas cotidianas intencionalmente elaboradas:

- I) Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- II) Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- III) Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- IV) Recriem relações quantitativas, medidas, formas e orientações de espaço temporais em contextos significativos para as crianças;
- V) Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- VI) Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- VII) Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;
- VIII) Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- IX) Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes

plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

- X) Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- XI) Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- XII) Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas e outros recursos tecnológicos e midiáticos;
- XIII) Promovam práticas nas quais a criança perceba suas necessidades em oposição às vontades de consumo.

O eixo integrador específico da Educação Infantil – Educar e cuidar, brincar e interagir – precisa ser considerado juntamente com os eixos gerais do Currículo da Educação Básica da SEEDF: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

Educar e Cuidar

O profissional exerce os cuidados educacionais de uma criança quando (RIO DE JANEIRO, 2010):

- Reconhece que a criança é capaz de agir ativamente em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento e na avaliação de suas conquistas;
- Compreende que é pela interação com adultos, com outras crianças e com o meio que elas ampliam suas experiências e se desenvolvem globalmente;
- Planeja intervenções e situações de aprendizagem, observando os diferentes períodos da vida da criança;

- Dá-lhes condições para explorar o ambiente e construir sentidos sobre o mundo e sobre si, apropriando-se de formas de agir, sentir e pensar de sua cultura;
- Considera que, pela brincadeira, a criança aprende;
- Ouve e respeita suas contribuições individuais;
- Constitui-se como referência para o grupo de crianças sob sua responsabilidade;
- Acolhe sugestões, proposições e ideias que as crianças apresentam para que se sintam confiantes e seguras, atuantes e autônomas;
- Respeita o que elas trazem consigo e suas culturas;
- Faz com que elas se sintam bem e à vontade;
- Enriquece a exploração delas com perguntas e questionamentos que chamem a atenção, ampliem o entendimento e as levem a refletir sobre o que dizem, pensam e fazem;
- Incentiva sua investigação, testagem de hipóteses, registros e solução de problemas;
- Promove diariamente registros nas diferentes linguagens em seu fazer pedagógico: escrita, visual (fotografias), audiovisual (filmagens), procedimentos que auxiliam o (re) pensar sobre ele;
- Tem um olhar observador e investigativo em diferentes contextos, ouvindo atentamente o que os pequenos conversam e fazem entre si, conhecendo-os melhor;
- Considera que as aprendizagens infantis acontecem a todo o momento e, principalmente, quando há organização e condução para tal;
- Promove uma relação de confiança com as famílias e ou responsáveis;
- Organiza o espaço físico atento às necessidades infantis, diversificando os materiais ao incorporar o que

faz parte do cotidiano dos pequenos, assim como os que exigam outros níveis de resolução;

- Acredita que a criança pode aprender, sobretudo respeitando o grau de complexidade do assunto em relação ao desenvolvimento;
- Organiza processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança;
- Propicia que imaginação, percepção, memória, linguagem, pensamento, sentimento aflorem e se destaquem nas brincadeiras;
- Permite que as famílias conheçam o trabalho da instituição com as crianças e os processos de aprendizagem e desenvolvimento

Brincar e Interagir

Segundo Vygotsky (2008), a brincadeira cria a chamada zona de desenvolvimento proximal, impulsionando a criança para além do estágio de desenvolvimento que ela já atingiu. Ao brincar, a criança se apresenta além do esperado para sua idade e mais além de seu comportamento habitual. Para o autor, o brincar também libera a criança das limitações do mundo real, permitindo que ela crie situações imaginárias. Ao mesmo tempo é uma ação simbólica essencialmente social, que depende das expectativas e convenções presentes na cultura.

Diante de tudo, algumas perguntas inevitáveis assomam no cotidiano da instituição e de seus profissionais:

- Por que as crianças brincam?
- O brincar é tido e visto como realmente importante na escola?
- Qual a relação entre brincadeira, aprendizagens e desenvolvimento?
- Como planejar as atividades e materializar o currículo sem conhecer a criança?

- De que maneira organizar e incentivar brincadeiras que quebrem os estereótipos de gêneros e etnia?
- Como lidar com os brinquedos que são apresentados como “objetos mercantilizados”?
- De que forma tratar a frustração de quem, no dia estabelecido para trazer brinquedos de casa, não tem algo interessante para mostrar?
- De que maneira o profissional poderá seduzir com o material didático pedagógico quando o que parece mobilizar as crianças é justamente aquele eletroeletrônico colorido que faz sons, emite cores e não exige mais que um toque de dedos para funcionar?
- Como articular as brincadeiras e interações com as experiências da comunidade?
- Como preservar a memória cultural popular e vinculá-la às novas tecnologias?
- Como observar, acompanhar e participar do brincar para estabelecer vínculos e fazer as mediações que favorecem o desenvolvimento?
- Como estimular o imaginário infantil pela criatividade, investigação, curiosidade?
- É possível e desejável inserir brincadeiras, jogos e cantigas tradicionais no repertório contemporâneo do brincar infantil?

Na Educação Infantil, não deveria ter tempo específico de brincar, visto que a ludicidade deve ser elemento inerente às rotinas educativas. O lúdico não é uma atividade, mas uma forma de estabelecer relações, de produzir conhecimentos e construir explicações (MARINGÁ, 2012).

Objetivos Específicos da Pré-escola – 04 a 06 anos

Retomar os objetivos da creche e avançar para:

- Estabelecer relações comparativas (mais que, menos que, tanto quanto, igual, diferente, maior que, menor que, etc.);
- Desenvolver atitudes de preservação e cuidado com o meio ambiente, como o outro, com os animais, com as vida;
- Manipular, explorar e conhecer diferentes portadores de texto;
- Participar ativamente de práticas de letramento;
- Desenhar de forma livre ou dirigida, com diversos materiais e suportes, situações do cotidiano que representam sua leitura de mundo;
- Exercitar e estimular a leitura e a escritas espontâneas;
- Participar de atividade que envolvam noções matemáticas, tais como a manipulação de diversa quantidades de objetos e matérias, brincadeiras de contagem, realização de estimativas, comparações, notações numéricas em diferentes contextos, etc.;
- Trabalhar com símbolos e signos;
- Contar, recontar, criar, encenar histórias, roteiros, etc.;
- Apreciar produzir e refletir sobre histórias, músicas, encenações, pinturas, danças, etc.;
- Estabelecer relações lógicas cada vez mais complexas;
- Organizar-se e trabalhar de forma colaborativa em grupos;
- Observar, realizar e registrar experimentos científicos;
- Desenvolver a coordenação motora global por meio de jogos, danças, ginásticas (atividades exploratórias de espaços estruturados com diferentes implementos – cordas, arcos, bastões, cones, brinquedos, etc.) e brincadeiras;
- Manifestar-se através do jogo simbólico (situações-problemas cotidianas) e outros;

- Participar de momentos organizados com o propósito de explorar as manifestações culturais e as atividades previstas no calendário escolar.

Desde o final dos anos 1990, grande parte dos currículos da Educação Infantil vinha adotando a estrutura do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Nesta, dois são os Âmbitos de Experiência: Formação Pessoal e Social, tendo como eixo Identidade e Autonomia; Conhecimento de Mundo, tendo como eixos Movimento, Música e Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, e Matemática. Movidos pela necessidade de refletir sobre o currículo, propomos uma nova forma de pensá-los.

Neste Currículo, elegemos a abordagem por linguagens. É uma tentativa de não fragmentar os conhecimentos e de considerar a multidimensionalidade das crianças, ainda que seja necessário indicar parâmetros para o trabalho educativo a ser desenvolvido. Espera-se que as linguagens aqui destacadas subsidiem o planejamento dos objetivos, das condições e das aprendizagens que devem ser trabalhadas.

Realizando atividades, investigando temas geradores, desenvolvendo projetos de trabalho, vivenciando experiências nos âmbitos de formação pessoal e social e conhecimento de mundo, adotando as múltiplas linguagens, a criança tem o direito a aprender. Então, por que a organização curricular por linguagens?

Um novo olhar em relação à criança exige considerar que as aprendizagens são propiciadas por um a multiplicidade de linguagens. As palavras, gestos, afetividades, desenho, olhares, enfim tudo que compõe o espaço educativo funciona como referência de constância e continuidade para a criança, tornando a instituição educativa confortável e abrindo caminhos para a descoberta e as manifestações infantis (ALEXANDROFF, 2010).

A criança é sujeito histórico e de direitos que, nas interações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e a do grupo onde vive.

A Pré-escola deve proporcionar às crianças uma formação integral através das aprendizagens, tendo na ação pedagógica a necessidade, interesse, realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida;

- **O cuidado Consigo e como o Outro:** manifesta-se por níveis mais avançados de sociabilidade, formação da conduta arbitrada, desenvolvimento das instâncias morais e éticas dos comportamentos, capacidade para análises, sínteses e generalizações primárias, percepção mais acurada de si e de seu entorno, aprimoramento da capacidade de estabelecer conexões entre motivos, finalidades e sentimentos.
- **As Interações com a Natureza e a Sociedade:** possibilitam à criança estabelecer relações entre o meio social e natural do qual faz parte, proporcionando assim a compreensão da importância dos cuidados com a saúde, preservação do meio ambiente, bem como o respeito e a construção dos vínculos afetivos para uma boa convivência.
- **Linguagem Oral e Escrita:** neste sentido, a aprendizagem na pré-escola é considerada fundamental na ampliação da capacidade de inserção e comunicação no mundo letrado pelas crianças, elemento fundamental para a formação do sujeito crítico que se encontra em constante processo de construção do conhecimento e desenvolvimento.
- **Linguagem Artística:** as crianças conhecem e exploram diversas possibilidades e diferentes materiais com a intenção de ampliar a capacidade de expressão e comunicação. A arte proporciona às crianças situações que favoreçam o desenvolvimento da observação, percepção e criatividade na perspectiva não somente da apreciação, mas também da produção.

- **Linguagem Matemática:** na Pré-escola proporciona condições de aprendizagem em situações com números, relações de quantidade e noções de tempo e espaço, entre outras, tornando a criança autônoma na resolução de problemas de sua vida cotidiana.
- **Linguagem Corporal:** as crianças vão adquirindo maior controle sobre o o corpo, desenvolvendo formas de ação, conhecimento e interação. As atividades rítmicas e expressivas são incorporadas às brincadeiras e jogos com regras, como temas a serem trabalhados, pois as crianças da pré-escola já possuem a capacidade de representação mental para entenderem regras simples.
- **Linguagem Digital:** vem para favorecer a inclusão digital, propiciando a interatividade, a liberdade de criação e compartilhamento de novas informações e conhecimentos através de atividades pedagógicas.

Apresentamos, outrossim, objetivos para cada um dos componentes da Organização Curricular que devem estar articulados ao objetivos gerais da Educação Infantil e aos objetivos específicos da Creche (0 a 3 anos) e da Pré-escola (4 a 6 anos):

- Objetivo do Cuidado Consigo e com o Outro: ampliar a capacidade de autoconhecimento e, conseqüentemente, de comunicar-se e interagir socialmente, estabelecendo vínculos afetivos positivos com outras crianças e adultos.
- Objetivo da Linguagem Corporal: explora as habilidades físicas, motoras e perceptivas do próprio corpo a fim de adquirir a independência nos movimentos e na expressão corporal.
- Objetivo das Linguagens Oral e Escrita, Matemática, Artística e Tecnológica / Digital: apropriar-se dos conhecimentos e bens culturais constituídos historicamente, utilizando as diferentes linguagens e

construindo significados que lhes permitam elaborar e reelaborar essas aprendizagens.

- **Objetivo das Interações com a Natureza e a Sociedade:** possibilitar uma aproximação ao conhecimento das diversas formas de representação e explicação do mundo social e natural para que possa ser estabelecida progressivamente a diferenciação entre as explicações do senso comum e do conhecimento científico.

3.5 Acompanhamento Pedagógico

3.5.1 Equipe Especializada

As Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem são compostas por pedagogos e psicólogos que atuam numa perspectiva multidisciplinar. Essa atuação está voltada para o contexto institucional pedagógico, considerando sempre as múltiplas variáveis que possam interferir no desempenho acadêmico dos estudantes – dificuldades psicopedagógicas, socioafetivas, entre outras – no intuito de facilitar e incentivar o processo de ensino e aprendizagem.

As equipes também atuam no sentido de contribuir para o aprimoramento dos profissionais das unidades escolares, a partir da interlocução entre os agentes envolvidos na superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

Em 2011, foi constituída uma comissão técnico-pedagógica para elaborar um documento norteador, visando atender os estudantes portadores de Transtornos Funcionais Específicos, publicada no DODF nº 77, de 25 de abril.

Como resultado dessa discussão, ficaram previstas, para 2012, a implementação de um Programa de Atendimento aos Estudantes com Transtornos Funcionais Específicos, que engloba a ampliação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, e a implementação das Salas de Apoio à Aprendizagem, que terão como foco um atendimento diferenciado no contra turno escolar e irão abranger os estudantes da educação infantil, do ensino fundamental anos iniciais e finais, do ensino médio e da educação de jovens e

adultos das unidades de ensino médio e da educação de jovens e adultos das unidades de ensino da rede pública.

O Serviço de Apoio à Aprendizagem, no contexto da Educação para a Diversidade, constitui-se em apoio pedagógico especializado oferecido aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, de caráter temporário ou permanente, por meio da atuação conjunta de professores com formação em pedagogia e psicologia, psicólogos e orientadores educacionais, em um trabalho de equipe interdisciplinar.

A proposta é de atuação preventiva e interventiva no sentido de colaborar para a superação das dificuldades encontradas no processo de ensino e de aprendizagem, numa abordagem contextualizada ao meio sócio-histórico-cultural no qual o aluno está inserido e nas relações estabelecidas com os mediadores e a comunidade escolar.

Seu principal objetivo é promover a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades educacionais especiais.

Tem como competência realizar avaliação diagnóstica, processual e intervenção psicopedagógica; apoiar e subsidiar o corpo docente auxiliando-o a desenvolver estratégias educacionais que respondam às diferentes necessidades dos alunos; sensibilizar as famílias para maior participação no processo avaliativo / interventivo, tornando-as co-responsáveis no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos; intervir na comunidade escolar, de forma preventiva, visando a informar e a sensibilizar sobre a importância dos procedimentos a serem adotados por esse serviço.

3.5.2 Orientação Educacional

O serviço de Orientação Educacional é exercido nas atividades cotidianas por meio de uma participação efetiva do orientador educacional. A Orientação Educacional integra-se ao trabalho pedagógico da instituição e da comunidade escolar na identificação, prevenção e superação dos conflitos, colaborando para o desempenho do aluno; defende os pressupostos do respeito

à pluralidade e à liberdade de expressão, à orientação e à opinião; à democracia da participação e à valorização do aluno como um ser integral.

Esse serviço tem sua fundamentação legal na Lei de nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, no Decreto nº 72.846, de 26 de setembro de 1973, e no art. 100, inciso VII da Lei Orgânica do Distrito Federal.

3.5.3 Projetos

Projetos

O Núcleo de Projetos atua junto aos programas e projetos complementares e multidisciplinares dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, por meio da elaboração e avaliação de propostas – oriundas da própria SEDF ou estabelecidas por meio de parcerias diversas – a serem desenvolvidas pela Coordenação de Ensino Fundamental nas escolas da rede pública de ensino. A implementação das propostas do Núcleo de Projetos está vinculada às demandas das unidades escolares, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da SEDF.

Atualmente, as ações referentes aos programas e projetos do ensino fundamental estão inseridas no Núcleo de Anos Iniciais e Anos Finais, pois o Núcleo de Projetos da Coordenação de Ensino Fundamental foi criado a partir da nova estrutura da Secretaria de Estado de Educação do DF.

Correção da Distorção idade/série

Os índices de reprovação e evasão escolar na rede pública de ensino do Distrito Federal indicam a necessidade de uma política pública que efetivamente contribua para a redução do número de estudantes em defasagem idade/série no ensino fundamental.

Diante disso, a Conferência Distrital de Educação Básica, realizada em setembro de 2010, indicou a abertura de um fórum permanente de discussão para as turmas de correção da Distorção Idade/Série que, em 2011 discutiu e

elaborou uma proposta diferenciada para o atendimento e estas turmas a ser implantada no ano letivo de 2012.

Esse fórum foi implantado no ano de 2011 tendo a Coordenação de Ensino Fundamental e Médio frente ao trabalho com as 14 regionais de ensino. Esse fórum realizou, ao longo do ano, 16 encontros presenciais. As atividades do fórum se concentram em realizar o levantamento dos principais problemas enfrentados pelas Unidades Escolares e professores no sentido de apontar as medidas necessárias para que fossem resolvidos e construir coletivamente uma proposta que atendesse a realidade das Unidades de Ensino da Secretaria de Educação.

Dessa forma o documento norteador para o ano de 2012 é fruto das discussões e das necessidades da realidade vivida pelo professor em sua sala de aula.

Assim, a correção da distorção idade/série é uma alternativa que deve ser entendida como uma ação política-pedagógica para resgatar a função social da escola pública, ao cumprir um preceito constitucional – o do direito à educação. Espera-se a reintegração do estudante à série/ano correspondente à sua idade em condições de aprender e ser aprovado para a série/ano seguinte.

Essa formação está a cargo da EAPE, que conta com equipe própria de formadores em parceria com as Oficinas Pedagógicas e com a Coordenação Central conforme os seguintes objetivos:

- Teorizar a prática, com vistas à associação da teoria com a prática;
- Estimular a pesquisa, a inovação, a utilização de recursos e posturas pedagógicas mais criativas, flexíveis e humanizadas, além de possibilitar a confecção de materiais pedagógicos, visando à contextualização dos conteúdos, a interdisciplinaridade e transversalidade na operacionalização do currículo da Educação Básica;
- Redimensionar a prática pedagógica e o desenvolvimento da percepção e da criatividade do educador, enquanto mediador e transformador do trabalho pedagógico;

- Fundamentar teórico metodologicamente a utilização da ludicidade como recurso que favorece a construção do conhecimento;
- Refletir sobre a prática docente, na perspectiva de superação de dificuldades compartilhando experiências e aprimorando recursos materiais e pessoais.

Livro e Leitura

As Políticas Públicas do Livro e da Leitura no DF estarão em consonância com o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), como o Programa Fome de Livro, do Ministério da Cultura, via Fundação Biblioteca Nacional, e com o Plano Distrital do Livro e da Leitura (PDLL), lançado em meados de 2011 pelo atual governo.

Assim, existe um conjunto de projetos e programas para implementar, no país, uma política do livro, da leitura e de bibliotecas com ações de curto, médio e longo prazo, integradas a diversas ações do governo nesse sentido.

- Revitalizar o acervo de bibliotecas escolares, garantindo a aquisição de pelo menos um título para cada estudante matriculado como prevê a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010.
- Implantar bibliotecas em todas as escolas públicas do DF.
- Adquirir computadores para as bibliotecas.
- Instalar conexão com internet em todas as bibliotecas escolares do DF.
- Implantar projeto de formação de leitores nas escolas.
- Promover o encontro do leitor com escritor/ilustrador nas escolas públicas do DF.

1. Projeto: Chá Literário

Justificativa

O ato de ler textos literários e não literários constitui suporte cognitivo e ideológico privilegiado para visualizar o desenvolvimento de capacidades gerais: o aluno capta a informação, apreende modelos de comunicação, dialoga em outras épocas e culturas, confronta e revitaliza experiências argumentos e valores, cria novos espaços e novos mundos, descobre motivos ativamente de intervir na vida social.

Deve-se oferecer ao aluno experiências de leituras diversificadas para que ele confira cada vez significações ao que lê, por isso, numa sala aberta a pluralidade de discursos, torna-se desejável a abordagem de diferentes tipos de textos. Segundo “Marcuschi” os gêneros textuais são fenômenos históricos vinculados à vida cultural e social, e contribuem de forma a ordenar as atividades comunicativas do cotidiano. Para cada gênero textual, há construções específicas (conforme texto em anexo).

O gênero em questão, poesia, exige o lazer, a recreação, a liberdade de estar disponível, segundo os PCN’S, “à proporção que o estudo sistemático se desenvolve o instinto poético vai fenecendo” a escola em vez de estimular a capacidade de criar, sufoca a imaginação criadora dos alunos.

A poesia é um discurso que mostra de alguma maneira, o trabalho de linguagem sobre si mesmo. Na verdade não é a existência ou não de rimas, de ritmos que assegura ao texto sua natureza poética, mais o nível de organização global, seu universo e sua relação com o leitor.

É repetindo versos dos poemas, que se realiza a aproximação afetiva com a poesia, o domínio das sonoridades. Ler poesia requer atenção e criatividade, uma transformação interior para escrever e para escutar poesia, exige de um e de outro que ele libere, crie e desenvolva a parte do poeta que há neles.

Objetivo Geral

Proporcionar ao aluno através dos diversos tipos de literatura o desenvolvimento de habilidades relacionadas a oralidade, a leitura e a escrita.

Objetivos específicos:

- Desenvolver/resgatar a criatividade;
- Incentivar a leitura;
- Produzir poemas;
- Conscientizar os pais da importância da leitura;
- Melhorar a oralidade e a escrita;
- Estimular a criatividade;
- Reconhecer os vários tipos de textos;
- Reescrever as histórias lidas.
- Desenvolver habilidades de dramatização;
- Valorizar a leitura como fonte de informação e formação;
- Aprimorar a escrita, exercitando-a a partir de orientação ortográfica;
- Estimular o hábito da leitura na sala de aula;
- Instigar curiosidade nos alunos acerca da poesia;
- Distinguir conceitos de poema e poesia.

Desenvolvimento

O projeto será desenvolvido durante o 2º semestre do ano letivo de 2018. O caderno de registro e o livro de literatura são mandados para casa da criança e juntamente com o responsável é realizada a atividade proposta. Ao final do prazo previsto para a conclusão do projeto haverá a exposição dos trabalhos e atividades nos murais, nas entradas e na culminância do projeto.

Recursos Necessários

- Humanos: professores, coordenação, direção, alunos, servidores e pais.
- Materiais: livros de literatura infantil e juvenil variados e caderno de registro.

Público Alvo

Serão contemplados por este projeto todos os alunos de nossa unidade de ensino, ou seja, 1º e 2º ciclos.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio

de Janeiro, Nova Fronteira, 5ª ed., p 1.1444.

GADOTTI, Moacir. "Pressupostos do projeto pedagógico", *In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*. Brasília, 28/8 a 2/9/94

VEIGA, Ilma Passos A. *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Papirus Editora, São Paulo, 23ª edição, 2007.

PROJETO DE CIÊNCIAS - 2020

TEMA: SAÚDE – PREVENÇÃO À DENGUE E CORONAVÍRUS

*PREVENÇÃO CONTRA O MOSQUITO AEDES AEGYPTI,
TRANSMISSOR DE DOENÇAS COMO DENGUE, CHIKUNGUNY E
ZIKA VÍRUS E CONTRA A PROPAGAÇÃO DO CORONAVÍRUS*

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Disseminar técnicas e hábitos que visem a eliminação de possíveis locais de procriação do mosquito Aedes Aegypti, bem como a disseminação do novo vírus que está assombrando todo o mundo, conhecido como

Coronavírus.

Objetivos Específicos:

- Identificar e eliminar pontos de reprodução do aedes aegypti na escola;
- Discutir as formas de combate ao mosquito Aedes Aegypti;
- Conscientizar todos os personagens da escola quanto ao perigo oferecido pelo Aedes Aegypti e pelo Coronavírus;
- Desenvolver atitudes diárias de combate ao mosquito transmissor da dengue, apoiadas nos conteúdos do Currículo trabalhados em sala de aula;
- Desenvolver habilidades que permitam reconhecer os sintomas da dengue;
- Estimular a participação da comunidade escolar e de entorno para as atividades do projeto;e
- Eliminar ou minimizar a proliferação das doenças na escola e no bairro;
- Buscar informações sobre o coronavírus;
- Minimizar os riscos de transmissão do coronavírus através da prática diária de atos de higiene e demais precauções que se fazem necessárias.

JUSTIFICATIVA

O homem, por um longo tempo, foi um dominador da natureza, gerando uma sociedade de consumo. O resultado desta postura foi drástico: poluição ambiental, desequilíbrios ecológicos, extinção de animais e plantas, desigualdade social e etc. Fez-se urgente uma mudança de mentalidade, buscando um equilíbrio entre a natureza e a sociedade, e dando início a um desenvolvimento mais sustentável. Dessa forma, vemos a necessidade urgente em se trabalhar com a comunidade escolar de maneira a conscientizá-la sobre esse assunto.

A pesar de parecer uma tarefa difícil, o meio ambiente pode ser ajudado com medidas individuais bastante simples de conscientização, uma vez que a aparição de muitas doenças são causadas pelos atos impensados da humanidade à despeito da soberania da natureza.

Assim sendo tornamo-nos responsáveis diretos pelo controle de tais males que hoje assolam nossa comunidade e sociedade, cabendo a nós a execução de todas as ações possíveis que irão combater o mosquito Aedes Aegypti e o novo Coronavírus.

Vale ressaltar que o poder público tem feito um esforço grandioso nesse sentido, porém a eficácia desta luta depende do empenho de cada um e de todos juntos e, por isso, a escola destaca por agregar os agentes que potencialmente podem multiplicar as ações e informações pertinentes a cada caso.

ATIVIDADES SUGERIDAS

- Pesquisas; textos informativos;
- Músicas, cantigas, histórias e paródias;
- Artes plásticas: pintura, modelagem, recorte e colagem com material diversos, desenho livre e dirigido;
- Organizar exposições fotográficas sobre os temas;
- Confeccionar cartazes sobre os temas;
- Produzir repelente caseiro;
- Produzir folder e varal abordando os temas ;
- Confeccionar o mosquito com rolo de papel higiênico;
- Confeccionar o mosquito utilizando garrafa pet;
- Fazer dobraduras abordando os temas.

RECURSOS

- Jornais;
- Revistas;
- Textos diversos;
- Aparelho de TV, DVD e filmes;
- Aparelho de som portátil;
- CDs;

- Tintas, pincel, massa de modelagem, papéis diversos, cola, tesoura;
- Material escrito para recorte; (encarte de supermercado, farmácia, lojas, revistas, jornal e outros);

DESENVOLVIMENTO

Cada turma deverá explorar os temas escolhidos das mais variadas formas e preparar materiais para exposição na data definida para a culminância.

CULMINÂNCIA

A culminância acontecerá no formato de Feira de Ciências onde os trabalhos dos alunos serão expostos para toda a comunidade escolar e será aberto ao público para apreciação geral dos trabalhos. Data de realização **30/04/2020**.

PROJETO CANTATA DE NATAL

Justificativa

No final do ano a escola se mobiliza para as festas de final de ano. Nesse contexto a melhor forma de trabalhar o tema é por meio da música. Dessa forma a escola organiza uma cantata, onde alunos, professores e pais participam. A música tem um poder agregada e é capaz de difundir muitos valores como amizade, respeito ao próximo e noção de comunidade.

Objetivo Geral

Cantar músicas com a temática de final de ano.

Objetivos Específicos

- Desenvolver o trabalho em grupo;
- Desenvolver habilidades de representação;
- Trabalhar a comunidade escolar;
- Trabalhar a confraternização natalina.

Desenvolvimento

Durante o processo de realização do projeto, professores e alunos irão pesquisar músicas relacionadas ao tema. Os alunos e professores escolherão uma música que irá trabalhar em sala e esta será ensaiada para apresentação.

Em data a ser definida os pais serão convidados à escola para assistir as apresentações dos alunos.

PROJETO SOLETRANDO

Objetivo

Trabalhar as dificuldades ortográficas, ampliar o vocabulário, favorecer a linguagem construção da linguagem escrita.

Cronograma

Inscrições: até 31/07/2020

1ª fase classificatória: 05/08/2020

2ª fase semi final: 19/08/2020

Final: 28/08/2020

Público Alvo

Alunos do 2º Ciclo – Bloco II.

Recursos

Humanos: Alunos, professores, servidores, coordenadores, pais e comunidade.

Financeiro: Bicicleta (premiação)

Desenvolvimento

Será realizado na quadra ou no pátio da escola com a participação de toda a comunidade escolar.

3.6 Avaliação

A Avaliação e Seus Três Níveis: das Aprendizagens, Institucional e de Rede

Pensar a avaliação leva-nos necessariamente a pensar na escola, nos professores e na equipe gestora. Envolve também a percepção dos estudantes e de seus responsáveis. Tem-se discutido o modelo de avaliação que temos hoje, de natureza classificatória e excludente, que vem funcionando como mecanismo que aciona o fracasso escolar, especialmente aos estudantes de classe popular. Para enfrentar essa prática, novas proposições têm sido feitas no sentido de reverter esse quadro.

E surge, então, o desejo de transformar esse processo em algo que possa promover, no cotidiano da sala de aula, a aprendizagem do estudante, partindo da concepção de que “avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva” (LUCKESI, 2005, p. 35). Uma vez aliada do professor, a avaliação dará a ele a oportunidade de conhecer o que o estudante aprendeu e o que ainda não

aprendeu, para que se providenciem os meios e as estratégias para que eles aprendam.

3.7 Documentação

3.7.1 Frequência

Para a Educação Infantil temos três opções, diário eletrônico, diário de papel fornecido pela SEDF.

Para a Educação Integral temos diário eletrônico, diário de papel fornecido pela SEDF.

Para o Bia temos duas opções: eletrônico e o de papel fornecido pela SEDF.

E finalmente para o 2º Bloco temos também duas opções: diário eletrônico e o de papel fornecido pela SEDF.

3.7.2 Atas

Todas as atas de reuniões e de Conselho de Classe serão reproduzidas e repassadas aos professores.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de educação evidencia a necessidade de que se estabeleça uma nova cultura de educação, gestão e avaliação das ações em todos os níveis e instâncias da rede pública de ensino tendo como conceito norteador de todo o processo a cidadania, diversidade e sustentabilidade humana. Ainda alguns eixos basilares são referência a essas ações. São eles gestão democrática, a educação integral e a territorialidade que orientam as decisões e procedimentos no campo administrativo e pedagógico.

Este documento – e os Cadernos Temáticos que o complementam – pretende ser referência para a elaboração coletiva dos PPPs das unidades escolares.

1- REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. *Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota*. SEDF, 2011.

BRASÍLIA. Diretrizes de Avaliação Educacional – Triênio 2014/2016. SEDF, 2014.

BRASÍLIA. Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Infantil. SEDF, 2014

BRASÍLIA. Currículo em Movimento da Educação Básica – Anos Iniciais. SEDF, 2014

BRASÍLIA. Lei 4.751 – Gestão Democrática. 2012.